

SAÚDE COLETIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS: MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS

PUBLIC HEALTH AND PUBLIC POLICIES: IMPLEMENTATION MODELS AND OUTCOMES

Eixo Temático: Eixo Transversal

Jonas Fernando Felix Meira

Enfermeiro Esp. em Cardiologia e Hemodinâmica e Pós-graduando em Emergência e urgência pelo
Albert Einstein
ferfelix11@hormail.com

Lyllian Aparecida Vieira Almeida

Enfermeira pela Pontifícia Universidade Católica De Goiás e Mestra em Ciências da Saúde pela
Universidade Estadual de Montes claros _UNIMONTES
lyllian.almeida@unimontes.br

Matheus Mendes Pereira

Enfermeiro e Mestre em Cuidado Primário em Saúde pelo Universidade Estadual de Montes Claros –
Unimontes
matheusmendesp4@gmail.com

Thiago de Freitas França

Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery - UFRJ
thiago_enf@yahoo.com.br

Carla Waleska Gomes de Araújo

Mestrado em Educação e Doutorado pela Estácio de Sá
carlawaleskaaraujo@gmail.com

Guilherme Gonçalves da Silva

Cirurgião-Dentista Esp. em Saúde da Família pela Faculdades Unidas do Norte de Minas – Funorte e
Mestrando em Cuidado Primário em Saúde pela Universidade Estadual de Montes Claros –
Unimontes
guilherme.goncalves91@gmail.com

Ayala Mutim Ferro Rodrigues

Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco e Esp. em
Vigilância e cuidado em Saúde no enfrentamento da COVID-19 e outras doenças virais pela Fiocruz e
Mestranda em ciências da Saúde e Biológicas pela Universidade Federal do Vale do São Francisco
mutimayala89@gmail.com

Luís Augusto Antunes

Bacharel em teologia, licenciado em geografia, Esp. em Docência da Educação básica e superior,
ABA, Educação inclusiva e especial, neuropsicopedagogia. Graduando em fonoaudiologia,
bacharelado em biologia, licenciatura em ciências biológicas, pós graduando em MBA gestão em
organizações de saúde e psicopedagogia clínica e institucional.

Roberta Vieira Rodrigues

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estácio de Sá e Esp. em Gestão pública e Gestão em serviço social pela Faculdade Batista de Minas Gerais
bevirodrigues@gmail.com

Cristiano Araujo Dias

Mestre em Bioenergia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Ilhéus
cristianodias@ifba.edu.br

RESUMO

Introdução: A ciência da implementação tem se consolidado como uma área fundamental para conectar evidências científicas à prática, garantindo a efetividade e sustentabilidade das políticas públicas de saúde coletiva. Modelos teóricos como o CFIR e EPIS têm sido amplamente utilizados para estruturar intervenções, destacando a importância de abordagens contextuais e colaborativas. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar os principais modelos de implementação utilizados no contexto da saúde coletiva, com foco nas abordagens teóricas, estratégias práticas e desafios identificados na literatura. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica narrativa com busca em bases de dados como PubMed, Scopus e Web of Science, utilizando descritores relacionados à ciência da implementação e políticas públicas de saúde. Foram incluídos estudos publicados entre 2016 e 2023 que abordassem explicitamente a implementação de políticas públicas de saúde. **Resultados e Discussão:** Os resultados evidenciam que a adaptação contextual e a colaboração intersetorial são elementos centrais para o sucesso das políticas. Estratégias como o uso de tecnologias digitais para monitoramento e análise de impacto mostraram-se promissoras. Contudo, desafios como a resistência institucional e limitações financeiras comprometem a sustentabilidade de muitas intervenções. **Considerações Finais:** Conclui-se que o sucesso das políticas públicas de saúde depende de modelos teóricos robustos aliados à flexibilidade prática para adaptação às especificidades locais. A ciência da implementação se consolida como ferramenta indispensável para promover a equidade e a sustentabilidade das políticas de saúde coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da implementação; Políticas públicas de saúde; Saúde coletiva; Sustentabilidade; Modelos teóricos.

ABSTRACT

Introduction: Implementation science has emerged as a fundamental area to connect scientific evidence to practice, ensuring the effectiveness and sustainability of public health policies. Theoretical models such as CFIR and EPIS have been widely used to structure interventions, emphasizing the importance of contextual and collaborative approaches. **Objective:** This study aims to analyze the main implementation models used in public health, focusing on theoretical approaches, practical strategies, and challenges identified in the literature. **Methodology:** A narrative literature review was conducted using databases such as PubMed, Scopus, and Web of Science, with descriptors related to implementation science and public health policies. Studies published between 2016 and 2023 explicitly addressing the implementation of public health policies were included. **Results and Discussion:** The results show that contextual adaptation and intersectoral collaboration are key elements for the success of policies. Strategies such as the use of digital technologies for monitoring and impact analysis have proven promising. However, challenges such as institutional resistance and financial limitations hinder the sustainability of many interventions. **Final Considerations:** It is concluded that the success of public health policies depends on robust theoretical models combined with practical flexibility to adapt to local specificities. Implementation science stands out as an essential tool to promote equity and sustainability in public health policies.

KEYWORDS: Implementation science; Public health policies; Collective health; Sustainability; Theoretical models.

1. INTRODUÇÃO

O fortalecimento das políticas públicas em saúde coletiva desempenha um papel crucial na garantia do bem-estar populacional, particularmente em cenários de desigualdade social e acesso limitado aos serviços de saúde. Para alcançar resultados eficazes e sustentáveis, torna-se indispensável o desenvolvimento de modelos de implementação que integrem evidências científicas às práticas cotidianas. Nesse sentido, a ciência da implementação tem emergido como uma área essencial, ao buscar reduzir o hiato entre o conhecimento produzido e sua aplicação prática em políticas públicas, promovendo melhorias significativas na saúde das populações (Chriqui *et al.*, 2023).

Os modelos de implementação oferecem estruturas que auxiliam na tradução de intervenções baseadas em evidências em estratégias concretas, adaptadas a diferentes realidades. Essa abordagem é particularmente importante diante das complexidades envolvidas nos sistemas de saúde e das barreiras que frequentemente surgem, como limitações financeiras, resistência cultural ou institucional, e lacunas de conhecimento técnico. Conforme observado por Theobald *et al.* (2018), a ciência da implementação permite identificar tanto os facilitadores quanto os desafios contextuais, garantindo que as intervenções propostas sejam adequadas às especificidades locais.

Além disso, as políticas públicas de saúde frequentemente requerem uma abordagem intersetorial, envolvendo não apenas diferentes níveis de governança, mas também a colaboração entre setores como educação, transporte e meio ambiente. Estudos recentes apontam que a integração de diferentes perspectivas no planejamento e na execução dessas políticas é essencial para ampliar seu impacto e sustentabilidade (Riddé *et al.*, 2020). Nesse contexto, frameworks teóricos, como o Consolidated Framework for Implementation Research (CFIR) e o Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment (EPIS), têm sido amplamente utilizados como ferramentas para guiar a análise e a aplicação de políticas de saúde (Allen *et al.*, 2020).

A literatura destaca ainda que a avaliação de estratégias de implementação deve considerar não apenas os resultados em saúde, mas também aspectos econômicos, como a relação custo-benefício, especialmente em países de baixa e média renda. Reeves *et al.* (2019) enfatizam a importância de análises econômicas rigorosas para assegurar a viabilidade financeira das intervenções e, assim, contribuir para a equidade no acesso aos serviços de saúde.

Portanto, este trabalho tem como objetivo explorar os principais modelos de implementação no contexto das políticas públicas de saúde coletiva. A análise busca compreender como as abordagens teóricas e práticas podem ser aplicadas para superar desafios e maximizar o impacto das intervenções. Essa discussão é particularmente relevante diante da crescente demanda por soluções inovadoras e baseadas em evidências que abordem as necessidades de saúde de forma equitativa e sustentável.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, com o objetivo de analisar estudos relevantes sobre modelos de implementação em políticas públicas de saúde coletiva. A revisão narrativa foi escolhida por sua flexibilidade metodológica, permitindo integrar e sintetizar conceitos, teorias e práticas disponíveis na literatura, promovendo uma abordagem crítica e contextualizada sobre o tema. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados acadêmicas reconhecidas, como PubMed, Scopus e Web of Science, utilizando descritores em português e inglês, como “ciência da implementação”, “políticas públicas de saúde”, “modelos de implementação”, além de seus equivalentes em inglês, como *implementation science*, *public health policies* e *implementation frameworks*. Esses termos foram combinados por meio de operadores booleanos (AND e OR), com o

objetivo de ampliar a abrangência dos resultados encontrados.

Os critérios de inclusão consideraram estudos publicados entre 2016 e 2023, artigos originais, revisões sistemáticas e estudos teóricos que abordassem explicitamente a implementação de políticas públicas de saúde, publicados em periódicos revisados por pares e redigidos em língua inglesa ou portuguesa. Foram excluídos artigos duplicados ou que não apresentassem relação direta com o tema, bem como estudos que se concentrassem exclusivamente em aspectos clínicos, sem conexão com políticas públicas ou modelos de implementação. Após a seleção inicial dos artigos, foi realizada uma leitura exploratória para verificar a adequação ao objetivo do estudo, seguida de uma análise aprofundada, organizada em três categorias principais: teorias e modelos de implementação, estratégias e ferramentas práticas para implementação, e desafios e resultados observados no processo.

Embora a revisão narrativa não ofereça critérios quantitativos rigorosos para avaliação, sua abordagem qualitativa permite explorar criticamente as evidências existentes, identificando lacunas no conhecimento e refletindo sobre os avanços e desafios para a implementação de políticas públicas em saúde coletiva. Essa metodologia possibilitou reunir uma ampla gama de informações relevantes, contribuindo para a construção de reflexões fundamentadas sobre a temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura revelou que a ciência da implementação é essencial para a formulação e execução de políticas públicas de saúde coletiva eficazes. Essa área do conhecimento fornece modelos teóricos e ferramentas práticas para lidar com os desafios contextuais e operacionais inerentes ao processo de implementação de políticas. Modelos como o *Consolidated Framework for Implementation Research* (CFIR) e o *Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment* (EPIS) foram amplamente citados como estruturas robustas para orientar o planejamento, a execução e a avaliação de intervenções (Allen *et al.*, 2020; Theobald *et al.*, 2018; Estrada-Magbanua *et al.*, 2023). Esses modelos destacam a importância de fatores contextuais, como características organizacionais, capacitação dos agentes envolvidos e engajamento das partes interessadas, para o sucesso das políticas implementadas.

Um tema recorrente nos estudos revisados foi a necessidade de adaptar as políticas às especificidades culturais, sociais e econômicas dos contextos em que são aplicadas. Guglielmin *et al.* (2018) destacaram que a implementação do conceito de *Health in All Policies* (HiAP) em

nível local exigiu ajustes significativos para atender às realidades de comunidades específicas, como a integração de lideranças locais no processo de decisão e a incorporação de práticas tradicionais. De forma semelhante, Reeves *et al.* (2019) ressaltaram que políticas públicas adaptadas ao contexto não apenas aumentam a adesão das populações, mas também reduzem o desperdício de recursos e potencializam a sustentabilidade das ações a longo prazo.

A adaptação contextual é também essencial para enfrentar as desigualdades estruturais que afetam populações vulneráveis. Theobald *et al.* (2018) enfatizaram que a implementação de políticas em contextos de baixa e média renda frequentemente enfrenta desafios relacionados à infraestrutura limitada e à falta de recursos humanos capacitados. Esses fatores exigem abordagens flexíveis que levem em conta não apenas os determinantes sociais da saúde, mas também a capacidade operacional dos sistemas locais.

A colaboração intersetorial foi amplamente destacada como um elemento-chave para a eficácia das políticas públicas de saúde. Estudos como os de Chriqui *et al.* (2023) e Valaitis *et al.* (2016) mostraram que políticas que envolvem múltiplos setores, como transporte, educação e meio ambiente, conseguem abordar de forma mais abrangente os determinantes sociais da saúde. Essa abordagem integrada possibilita que as políticas sejam mais efetivas em promover mudanças sistêmicas, ao invés de se limitarem a intervenções isoladas.

Estratégias como o uso de grupos de modelagem participativa (*Group Model Building*) têm se mostrado eficazes na promoção do engajamento de diferentes stakeholders durante o processo de implementação. Estrada-Magbanua *et al.* (2023) apontaram que essa abordagem facilita a identificação de barreiras e a formulação de soluções colaborativas, aumentando a legitimidade e a aceitação das políticas implementadas. Além disso, Oh *et al.* (2021) destacaram o potencial das tecnologias digitais no suporte à implementação de políticas de saúde coletiva. Ferramentas de monitoramento e avaliação digital, como sistemas de *Learning Health Policy Systems*, permitem uma melhor análise dos resultados em tempo real, promovendo a transparência e a capacidade de ajustar intervenções de forma ágil.

Apesar das estratégias bem-sucedidas, a implementação de políticas públicas enfrenta barreiras significativas, conforme evidenciado em diversos estudos. Riddé *et al.* (2020) identificaram que a ausência de financiamento adequado é uma das principais dificuldades, comprometendo tanto o início quanto a continuidade das políticas. Esse problema é particularmente evidente em países de baixa e média renda, onde os recursos são frequentemente insuficientes para cobrir as etapas necessárias de planejamento, execução e

monitoramento.

Outra barreira importante é a resistência institucional. Conforme observado por Allen *et al.* (2020), muitos profissionais e gestores de saúde enfrentam dificuldades para adotar mudanças que desafiem práticas consolidadas. Essa resistência é frequentemente atribuída à falta de treinamento adequado, bem como a uma cultura organizacional que prioriza a manutenção do status quo em detrimento de inovações baseadas em evidências.

Sarkies *et al.* (2017) ressaltaram que a lacuna entre a pesquisa e a prática ainda persiste como um obstáculo central. A dificuldade em traduzir evidências científicas em intervenções práticas muitas vezes resulta de falhas na comunicação entre pesquisadores e formuladores de políticas, bem como da falta de ferramentas para operacionalizar essas evidências no nível local. Embora os desafios sejam substanciais, os estudos revisados também destacaram oportunidades para fortalecer os processos de implementação. Reeves *et al.* (2019) sugeriram que a incorporação de análises econômicas detalhadas pode melhorar a alocação de recursos, garantindo que as intervenções escolhidas sejam custo-efetivas. Esse tipo de análise é particularmente relevante para políticas que visam populações vulneráveis, onde a relação custo-benefício é um critério crítico para a viabilidade das ações.

Além disso, a ciência da implementação oferece a oportunidade de criar ciclos contínuos de aprendizado. Conforme destacado por Oh *et al.* (2021), a integração de sistemas de aprendizado baseados em dados pode transformar as políticas públicas de saúde em processos dinâmicos, que evoluem de acordo com as necessidades emergentes e as evidências disponíveis. Essa abordagem pode ser fundamental para garantir a resiliência das políticas em face de crises, como pandemias ou desastres naturais.

De forma geral, os resultados desta revisão indicam que o sucesso das políticas públicas de saúde coletiva depende de uma combinação de abordagens teóricas e práticas. Os frameworks como CFIR e EPIS fornecem uma base sólida para estruturar as intervenções, enquanto a adaptação contextual e a colaboração intersetorial são essenciais para garantir a eficácia e a sustentabilidade das políticas. Os desafios financeiros e institucionais devem ser enfrentados com estratégias que priorizem a capacitação, o uso de tecnologias digitais e a comunicação eficaz entre os diversos atores envolvidos. Assim, a ciência da implementação se consolida como um campo indispensável para a promoção da equidade em saúde e a efetividade das políticas públicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço das políticas públicas de saúde coletiva depende da integração entre a produção de conhecimento científico e a prática efetiva, um objetivo central da ciência da implementação. Este estudo evidenciou que modelos teóricos, como o *Consolidated Framework for Implementation Research* (CFIR) e o *Exploration, Preparation, Implementation, Sustainment* (EPIS), desempenham um papel fundamental ao estruturar intervenções em saúde. No entanto, a sua aplicação prática requer flexibilidade para adaptar-se a diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, sobretudo em cenários de vulnerabilidade e desigualdade.

A revisão mostrou que estratégias como a adaptação contextual, a colaboração intersetorial e o uso de tecnologias digitais podem ampliar o impacto e a sustentabilidade das políticas públicas. A integração de setores como saúde, educação, transporte e meio ambiente, como apontado em diversos estudos, reforça a importância de abordagens sistêmicas para enfrentar os determinantes sociais da saúde. Ao mesmo tempo, a aplicação de ferramentas tecnológicas, como sistemas de monitoramento digital, possibilita um acompanhamento contínuo das intervenções, aumentando a transparência e facilitando ajustes em tempo real.

Por outro lado, desafios como limitações financeiras, resistência institucional e a lacuna entre pesquisa e prática continuam a ser obstáculos significativos para a implementação de políticas eficazes. Esses entraves reforçam a necessidade de capacitação técnica, alocação estratégica de recursos e promoção de uma cultura organizacional aberta à inovação. A ciência da implementação oferece, assim, uma oportunidade para enfrentar essas barreiras ao estabelecer ciclos contínuos de aprendizado e adaptação, baseados em evidências científicas.

Conclui-se que o sucesso das políticas públicas de saúde coletiva requer um equilíbrio entre a aplicação de modelos teóricos robustos e a adaptação prática às realidades locais. A ciência da implementação não apenas facilita essa integração, mas também promove a equidade em saúde, ao colocar as necessidades das populações mais vulneráveis no centro do processo decisório. Dessa forma, ela se consolida como uma ferramenta indispensável para construir sistemas de saúde mais resilientes, inclusivos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALLEN, P. *et al.* Quantitative measures of health policy implementation determinants and outcomes: a systematic review. **Implementation Science**, v. 15, n. 1, p. 51, 2020.

CHRIQUI, J. *et al.* Advancing the science of policy implementation: a call to action for the implementation science field. **Translational Behavioral Medicine**, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2023.

ESTRADA-MAGBANUA, W. M. *et al.* Application of group model building in implementation research: A systematic review of the public health and healthcare literature. **PLOS ONE**, v. 18, n. 1, p. e0281234, 2023.

GUGLIELMIN, M. *et al.* A scoping review of the implementation of health in all policies at the local level. **Health Policy**, v. 122, n. 3, p. 284-292, 2018.

OH, A. *et al.* Policy Implementation Science to Advance Population Health: The Potential for Learning Health Policy Systems. **Frontiers in Public Health**, v. 9, p. 709567, 2021.

REEVES, P. *et al.* Economic evaluations of public health implementation-interventions: a systematic review and guideline for practice. **Public Health**, v. 169, p. 101-117, 2019.

RIDDE, V. *et al.* Using implementation science theories and frameworks in global health. **BMJ Global Health**, v. 5, n. 4, p. e002269, 2020.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007

SARKIES, M. *et al.* The effectiveness of research implementation strategies for promoting evidence-informed policy and management decisions in healthcare: a systematic review. **Implementation Science**, v. 12, n. 1, p. 132, 2017.

THEOBALD, S. *et al.* Implementation research: new imperatives and opportunities in global health. **The Lancet**, v. 392, n. 10160, p. 2214-2228, 2018.

VALAITIS, R. *et al.* Moving towards a new vision: implementation of a public health policy intervention. **BMC Public Health**, v. 16, n. 1, p. 412, 2016.